

***(Re) Considerando a história da Antropologia na Universidade de São Paulo
(USP) a partir da trajetória acadêmica de Kabengele Munanga***

Viviane Angélica Silva
vivianeangelica@usp.br

Resumo: A Antropologia na USP existe como disciplina ministrada de modo intermitente desde 1936, e passa a ser lecionada obrigatoriamente a partir de 1941. Na história da institucionalização da disciplina emergem nomes fundamentais como Emilio Willems, Egon Shaden, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, dentre outros. Para os propósitos deste trabalho destaca-se a trajetória de Kabengele Munanga, cuja entrada na Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) decorre de uma complexa linha de sucessão, partindo de Egon Shaden que orientou João Baptista, que por sua vez orientou Kabengele Munanga, dando sequência à uma tradição de estudos sobre relações raciais na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, iniciada por Florestan Fernandes na Sociologia. Sendo assim, a proposta deste trabalho é compreender como essas heranças delineiam a carreira acadêmica de Kabengele Munanga, primeiro e único docente negro da disciplina na USP há mais de trinta anos. Trazer a experiência do professor Kabengele Munanga na USP mostra-se relevante para refletir sobre os dilemas na sua história de (des)conciliações com a universidade, no sentido de ser um intelectual negro amplamente reconhecido no país, sobretudo por segmentos que discutem relações raciais, porém à margem no seu departamento, no que diz respeito à vivência acadêmica cotidiana. Por fim, este trabalho busca entender como sua entrada no Departamento de Antropologia da USP instaura um espaço de formação de intelectuais negros na maior Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas do Brasil.

Introdução

O ensino superior no Brasil, na tentativa de reinventar a tradição acadêmica, tenta conciliações entre diferentes modelos e concepções de universidade. A Universidade de São Paulo (USP), em particular, tem construído ao longo de quase oito décadas, conciliações que a projetam à condição de modelo do ensino superior não apenas brasileiro, mas também latino-americano. *A USP ao longo de sua história tem sido concebida como* modelo de universidade que, dentre outros aspectos, pauta o princípio básico da vocação para a pesquisa, o ensino e a extensão. Sendo assim, tem por objetivos produzir conhecimento, atuar na prestação de serviços, vincular-se aos interesses coletivos e perseguir o desafio da autonomia com a prevalência das normas da instituição. Essas conciliações acompanham a dinâmica dos tempos e vão deixando marcas mais ou menos permanentes na história dessa universidade (Motoyama, 2006).

A fundação de uma universidade em São Paulo exigiu a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), concomitante ao decreto inaugural da USP com

o propósito de ser sua célula máter, o elo de integração científica e cultural da nova universidade. Antunha (1974) indica que a contratação da missão estrangeira composta por professores recrutados em diversos países da Europa, sobretudo França, Alemanha e Itália foi a medida de ordem prática mais importante no sentido de assegurar que a universidade cultivasse todos os ramos do saber, a implantação de múltiplos pontos de vista e uma mentalidade pesquisadora. Segundo Leite (1994) a novidade de pensamento da FFCL já de princípio contrastava com as tradicionais escolas de Medicina, Direito e Politécnica, existentes no estado de São Paulo antes de 1934 e que vieram a compor a USP no seu ato de fundação.

O fazer acadêmico na recém-criada USP e na FFCL mais especificamente, segundo Miceli (2001), foi se constituindo nas duas primeiras décadas segundo a tônica dos docentes que compuseram a missão estrangeira. Assim, dentre os 'condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais' na FFCL pode-se destacar as regras e modelos da vida acadêmica europeia, em especial a francesa. Dado o pontapé inicial, a carreira acadêmica esteve invariavelmente condicionada ao doutorado, aos concursos de livre-docência e de conquista da cátedra. As cátedras, posto mais importante da carreira acadêmica que vigorou na USP entre os anos de 1934 a 1969, foram inicialmente ocupadas por docentes estrangeiros, mas à medida que os licenciados brasileiros foram se firmando no cenário acadêmico, passam a ocupá-las.

Durante quase duas décadas, duas cátedras de Sociologia protagonizaram na FFCL a instituição acadêmica da disciplina na USP, o que pode ser verificado nas considerações de Jackson (2007):

Durante sua vigência (1934-1969), na FFCL-USP, havia duas cátedras de Sociologia que polarizaram as disputas em torno das concepções de ensino e pesquisa (freqüentemente misturadas às questões de ordem política) que deveriam orientar a constituição das ciências sociais nessa universidade. Os primeiros catedráticos foram Paul Arbousse-Bastide (primeira cadeira) e Lévi-Strauss (segunda). O confronto entre os dois em torno da organização do programa do curso teve como desfecho o afastamento de Lévi-Strauss, no final de 1937. Para seu lugar, foi contratado Roger Bastide, personagem central na FFCL-USP (e no cenário cultural paulista) até seu retorno à França, em 1954. (Jackson, 2007, p.119).

A história da FFCL tem sido amplamente analisada, mas para os propósitos desse trabalho, interessa destacar a importância da chamada Escola Paulista de Sociologia, que nasceu no seio da recém criada Faculdade de Filosofia Ciências e

Letras da USP. Autores como Arruda (1995) consideram o legado da chamada Escola Paulista de Sociologia a partir do grupo de sociólogos organizados em torno de Florestan Fernandes quando este assumiu a Cadeira de Sociologia I em 1954; e que produziu trabalhos próximos, tanto do ponto de vista temático, quanto teórico. Quando Florestan Fernandes torna-se catedrático, a disciplina assume novas disposições intelectuais e acadêmicas. Segundo Pulici (2008), comparada à cadeira de Sociologia II essas novidades se traduzem em concepções de universidade que se divergem. Apesar da origem comum, sob a regência de mestres franceses, as duas Cadeiras seguiram tendências bem distintas, segundo a tônica de seus regentes brasileiros: Florestan Fernandes (no período de 1954-1963) e Fernando de Azevedo (1943-1963).

A Cadeira de Sociologia I foi a porta que se mostrou mais aberta a grupos marcados pela diferença, como mulheres e descendentes de famílias estrangeiras, muitas das quais ricas, e cuja presença na universidade era indício da sua democratização. É possível encontrar nas duas cadeiras sociólogos de perfis sociais distintos, mas é na Cadeira de Sociologia I que estão “os grandes ‘oblatos’, ou seja, os intelectuais que devem tudo que são à Faculdade de Filosofia” (Pulici, 2008, p.143).

Deste modo, Florestan Fernandes se empenhou na mesma tarefa que coube a Durkheim na França: “assentar as bases da Sociologia acadêmica” (Arruda, 1995, p.144). De modo semelhante à experiência francesa, enfatizou a teoria impondo novos padrões de concepção e transmissão das obras, criando o molde acadêmico de reflexão e rompendo com o passado. De modo diferente dos chamados “interpretes do Brasil”, mais preocupados com os “fundamentos da sociedade” brasileira, os “sociólogos paulistas buscam apreender as relações entre certos fenômenos e o contexto abrangente” (Arruda, 1995, p.132). Os sociólogos paulistas propõem a superação de uma produção ensaística, mais característica dos intérpretes, optando por novas regras e valores do cânone científico.

Para Florestan, nos anos 1940 e 1950, o fundamental era construir a Sociologia como ciência empírica. Mas a Sociologia proposta por Florestan não está alheia a orientações pragmáticas. À medida que consolidava sua trajetória intelectual, acontecia também certa guinada no sentido de buscar foros de ação mais amplos para a Sociologia, sem descuidar dos propósitos iniciais. Ele “claramente adere à importância do conhecimento científico para aprimorar a sociedade” (Arruda, 1995, p.163), colocando assim, ao sociólogo, a tarefa de responder aos desafios do mundo moderno,

mesmo considerando que os modos de intervenção deveriam acontecer dentro da tradição sociológica¹.

A obra *A integração do negro na sociedade de classes*, tese apresentada em 1964 para professor titular da cadeira de Sociologia I, é apontada por Arruda (1995) como um marco na trajetória intelectual de Florestan não apenas com relação aos estudos das relações raciais, mas também quanto ao amadurecimento do autor nas suas reflexões sobre a sociedade brasileira. Para Guimarães (2009) Florestan Fernandes teria cristalizado como propriamente brasileira a problemática sociológica das relações raciais. Embora não tenha sido o único na construção dessa nova agenda, chamou a atenção para o que havia de problemático no campo das relações raciais, o que antes era visto como solucionado em termos de democracia racial. Foi também muito bem sucedido ao propor uma agenda de pesquisa que considerasse tanto as aspirações dos intelectuais nacionalistas, quanto as reivindicações dos intelectuais negros, as aspirações por igualdade social e desenvolvimento. Dessa maneira, tal agenda transformou o estudo das relações raciais no Brasil nos anos 50 e 60.

Florestan não teria visto restrição à possibilidade de nomear como preconceito de cor as barreiras impostas aos homens e mulheres de cor, constatadas nas suas pesquisas. Na sua interpretação, tais discriminações só demonstravam o quanto o avanço da ordem social competitiva e a democracia eram obstruídos. Tal posicionamento o aproximou dos militantes e intelectuais negros, ampliando o reconhecimento da sua obra, pois Florestan justificou em termos teóricos a existência do preconceito, apontando qual seria a função que desempenharia.

Analisando a trajetória da pesquisa na Sociologia na USP, Arruda (1994) indica que no decorrer da década de 1950 prevaleceu uma vertente de investigações focada nos estudos sobre relações raciais, a partir do projeto de Florestan Fernandes e seu professor francês, Roger Bastide. Em torno das questões referentes ao negro, Florestan orientou uma série de importantes trabalhos, de autores tais como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Juarez Rubens Brandão Lopes, trabalhos estes defendidos na primeira metade da década de 1960. No entanto, nesta década já despontavam outras características que marcaram a produção

¹Conforme indica Arruda (1995) o afastamento compulsório de Florestan da universidade em 1969 atinge seriamente suas convicções sobre as possibilidades da Sociologia em termos de responsabilidades intelectual e política. Cada vez mais assume o perfil do publicista, numa atividade política que lhe exigia, porém, as qualidades de intelectual militante, que teve por consequência um papel atuante e renovado para o intelectual.

dessa segunda geração de sociólogos na USP, apesar de algumas persistências. Arruda (1994) indica que o forte registro dessa segunda geração de sociólogos diz respeito à preocupação em torno da mudança social e da estruturação da sociedade de classes.

A segunda metade da década de 1960 marca um momento de desinteresse pela questão racial negra. Dentre os fatores possíveis para explicar o declínio do interesse pela questão na chamada Escola de Sociologia Paulista, que revolucionara os estudos sobre o assunto, estão:

Roger Bastide retornara à França; Florestan Fernandes, o grande líder da escola, após o término de sua tese (que levava vinte anos para ser concluída), não aceitava nem mesmo orientar pesquisas sobre a questão; e seus assistentes – Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso –, depois de suas respectivas pesquisas sobre a Região Sul do país, também se desinteressaram do tema. Todos pareciam tomados pelos “grandes dilemas e desafios” da sociedade brasileira: classes trabalhadoras, revisão da educação formal, industrialização, urbanização... Dentro dessa perspectiva “macro” o interesse pelo negro (ou acerca do preconceito), quando existia, parecia residual e subsumido a um problema maior explicado pelo conflito social, político e intraclasses. (Schwarcz, 2006, p.171)

Verifica-se, sobretudo a partir da década de 1970 um recuo das pesquisas clássicas da Sociologia uspiana, referentes à temática e a emergência de novos movimentos acadêmico-políticos. Nesse contexto novos estudos ganham vulto fora da USP, como os de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva ou mesmo os de João Batista Borges Pereira na Antropologia da USP, oferecendo releituras das teses da sociologia clássica. De um modo geral, ao final da década de 1970, pouco se escrevia ou publicava sobre relações raciais no país. Segundo Hasenbalg (1998) a Sociologia das relações raciais era um tema marginal no cenário das ciências sociais:

Há vinte anos, eram muito poucas as pessoas trabalhando esse tema. Eu tive medo de publicar o meu livro em 1979. Dez anos antes, Florestan Fernandes tinha sido expulso da USP, aposentado compulsoriamente. Durante esse período, não se falou nada no país sobre relações raciais. Depois que Florestan publicou “A integração do negro na sociedade de classes”, em 1965, e, em 72, “O negro no mundo dos brancos”, a produção na ótica sociológica era ínfima, e as condições políticas não eram propícias. A Antropologia, sim, continuou estudando o candomblé, a umbanda, que não eram coisas tão ‘perigosas’ (Hasenbalg 1998, p. 36).

Assim, o recuo das pesquisas sobre a temática racial na Sociologia da USP não significou o desaparecimento do tema na universidade, que viveu uma migração para a Antropologia e mudanças de enfoque. O próximo tópico desse trabalho pretende retomar aspectos da história da Antropologia na USP para melhor compreensão dessa

dinâmica. Com isso, busca-se também entender como a discussão racial no interior da Antropologia possibilitou a emergência da figura do professor Kabengele Munanga, intelectual negro cuja trajetória é o ensejo desse trabalho.

Considerações sobre a Antropologia e a emergência de novos estudos sobre relações raciais para a consideração da trajetória do professor Kabengele Munanga

A Antropologia na USP existe como disciplina ministrada de modo intermitente desde 1936, e passa a ser lecionada obrigatoriamente nos cursos de Ciências Sociais, Geografia e História a partir de 1941. A história da institucionalização da disciplina destaca, conforme João Batista Borges Pereira (1994), o nome de dois professores: Emilio Willems e Egon Shaden. O primeiro era imigrante alemão formado em Economia na Alemanha e que chega à USP pelas mãos de Fernando de Azevedo. Sob a condução de Willems a Antropologia torna-se disciplina obrigatória em 1941 e em 1947 é instituída a especialização em Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Em 1948 a Antropologia, além de disciplina obrigatória passa a ser a Cadeira de número 49. Tendo Florestan Fernandes como um de seus assistentes, Willems realiza o primeiro estudo de comunidade no Brasil. Mas o primeiro assistente de Emilio Willems foi Egon Shaden, neto de alemães de Santa Catarina, diplomado em Filosofia e que ao assumir a Cadeira de nº 49 em 1950 a amplia e fortalece institucionalmente. Segundo Borges Pereira (1994) a existência paralela da Cadeira de Etnografia do Brasil e Língua Tupi-Guarani, sob a regência de Plínio Ayrosa, cerceava as possibilidades de afirmação integral da Antropologia como área do saber. Com a morte de Ayrosa, Shaden consegue superar a dualidade institucional e "a resistência da área da Sociologia, liderada por Florestan Fernandes, que pretendia trazer Herbert Baldus, do Museu Paulista, para reger a cadeira de Etnografia" (Borges Pereira, 1994, p. 252). Em suma, Shaden promoveu a criação da Cadeira de Antropologia ao incorporar definitivamente as disciplinas de Etnografia e Etnologia, concomitante à criação da cadeira de Línguas Indígenas do Brasil no setor de Letras da Faculdade de Filosofia.

Considerando que a natureza do saber antropológico é configurada pela natureza "de seus objetos reais", a qual predomina sobre o recorte teórico, Schwarcz (1999) indica que duas vertentes ordenaram a agenda de trabalho da disciplina: "a etnologia indígena e a Antropologia da sociedade nacional, mais conhecida, no caso das populações negras, pela rubrica de 'questão racial'". (Schwarcz, 1999, p. 272). A

discussão racial nesse campo do saber *do e no* Brasil teria seus primórdios associado a Nina Rodrigues, "um de nossos primeiros antropólogos *avant la lettre* com seu trabalho sobre os *Africanos no Brasil*" (Schwarcz, 1999, p. 273). Outros importantes autores calçaram a trilha da discussão racial na disciplina, mesmo antes de sua institucionalização. É nessa chave que também podem ser compreendidos os trabalhos de Gilberto Freyre, M. Herskovits, Donald Pierson, Charles Wagley, no que diz respeito à discussão sobre democracia racial nos anos 1930 e 1940. O campo da Antropologia era delineado também com os estudos na área de etnologia realizados por pesquisadores do porte de "Eduardo Galvão (1949), Darcy Ribeiro (1950), Florestan Fernandes (1949, 1952)" (Schwarcz, 1999, p. 279).

Desde meados da década de 1950 é possível perceber certos redirecionamentos nos estudos sobre o negro na Antropologia. Críticas como as de Sérgio Buarque de Holanda e de Edson Carneiro e a influência dos estudos da UNESCO foram fundamentais para que o negro deixasse "de ser visto como um objeto exótico, como dizia Sérgio Buarque de Holanda, e passou a ser encarado como velho cidadão do país que era como dizia Édson Carneiro – passando, também da esfera da Antropologia (cultural) para a esfera da Sociologia" (Corrêa, 2011, p. 210). Como não era possível desconsiderar as evidências das desigualdades nas relações raciais estabelecidas, uma série de pesquisas foi mobilizada no âmbito da UNESCO², de onde surgiu também a ideia de um Brasil como "modelo de convivência racial" (Schwarcz, 1999, p. 279). O projeto ampliou-se por meio de novas pesquisas na Cadeira de Sociologia I da USP.

Assim, assiste-se a uma guinada na discussão com as proposições da chamada Escola Paulista de Sociologia, cujas bases teóricas sustentavam essa inovação: "em lugar das análises culturalistas, as visadas sociológicas" (Schwarcz, 1999, p. 282). O enfoque sociológico nas relações entre negros e brancos após o regime escravocrata ganha novo estatuto, ao passo que há mudanças nas etnografias que privilegiavam até então as análises das influências africanas sobre as populações negras. Segundo a autora, importantes questões surgem em relação às análises dos cultos afros. Assim:

As críticas à Antropologia, partindo de argumentos de natureza sociológica, surgem já a partir do início dos anos 40, com Sérgio Buarque de Holanda, que problematiza a oportunidade dos estudos afro-brasileiros da assim chamada escola Nina Rodrigues, que nesse contexto tinha em Arthur Ramos sua figura de proa. Além dele, Guerreiro Ramos, no final dos anos 40 (já

²Era um momento no qual o mundo acabava de vivenciar os horrores da segunda guerra mundial e a possibilidade de uma democracia racial soava como alento. Sobre o projeto UNESCO ver Marcos Chor Maio: A História do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil (1997).

militante do Teatro Experimental do Negro), retoma o debate que se radicaliza nos anos 50, com as críticas aos estudos de comunidade. Por sua vez, Florestan Fernandes, ainda nos anos 50, questionará o estatuto de ciência social do "folclore", o que significava, de alguma maneira, uma investida contra a própria Antropologia (Schwarcz, 1999, p. 283-284).

A partir dos anos 1960 a Antropologia esteve associada a representações mais conservadoras, em função do enfoque que privilegiava a harmonia e o equilíbrio da seleção dos objetos que pareciam pouco relevantes no debate nacional; ao passo que a Sociologia esteve mais alinhada à ideia de disciplina politicamente mais comprometida, devido à desconstrução da noção de raça e o investimento no conceito de classe. “À Antropologia corresponderia, grosso modo, a estrutura, enquanto à Sociologia, a mudança.” (Schwarcz, 1999, p. 284). Apesar disso, aconteceu importante continuidade das pesquisas sobre relações raciais na USP no âmbito da Antropologia.

Borges Pereira (1981b) ao propor um balanço sobre os estudos das populações negras feitos na USP nos cursos de Antropologia, Sociologia e Ciências Políticas, indica que tais investigações eram sistematicamente desenvolvidas na Antropologia. Quando acontecia na Sociologia, era em grande parte obra de pesquisadores ligados à Antropologia, ou que estavam na Sociologia por questões de ordem burocrática. Na Ciência Política, naquele momento, não se encontra nenhum trabalho preocupado com o tema. O autor agrupa esses estudos sobre o negro na Antropologia da USP em quatro conjuntos: "1) o negro e a comunicação; 2) o negro em contexto religioso; 3) o negro no sistema de relações raciais; 4) o negro em condições de vida rural." (Borges Pereira, 1981b, p. 64). Para o autor, tais trabalhos, apesar de pretender leituras críticas, são herdeiros e de alguma maneira dão sequência às pesquisas desenvolvidas pela Sociologia uspiana. Peirano (1999) endossa essa ideia de certa continuidade entre a Sociologia e a Antropologia ao lembrar que o então estudante João Baptista Borges Pereira apresentou um projeto de pesquisa de doutorado sobre o negro a Florestan Fernandes, que não aceitou orientá-lo. Ou nas palavras de Borges Pereira (2003):

Eu mesmo tive um desacordo com Florestan Fernandes que reflete esse instante de transição temática. Quando lhe entreguei meu projeto de doutorado, ele me falou que não orientava mais teses sobre o negro, pois tudo o que tinha de se escrever, já fora escrito (Borges Pereira, 2003, p. 324).

A recusa de Florestan Fernandes levou João Baptista a buscar a orientação de Egon Shaden, configurando segundo Peirano (2000) a criação de uma sublinhagem, pois João Baptista encontrou na Antropologia, um orientador para uma pesquisa, cuja

realização na Sociologia era plausível também. No entanto vale ressaltar que o próprio Egon Shaden, que ocupou a cadeira de Antropologia da USP entre os anos de 1949 e 1967, considerou que “nunca chegou a esboçar-se, *felizmente*, na Universidade de São Paulo, algo que pudesse denominar-se uma 'escola antropológica paulista” (Shaden 1984, p. 254 *apud* Peirano, 2000, p. 220 [ênfase da autora]). Era um momento em que a Antropologia parecia pouco atraente. Borges Pereira conta que fora convidado por Shaden para ser seu assistente; quando Florestan Fernandes descobriu, teve a seguinte reação:

Pois Florestan ficou indignado, disse que era um prejuízo, uma perda desperdiçar meu talento com uma disciplina politicamente alienada. Quer dizer, nesse período da vida nacional, não havia mesmo o menor estímulo para a carreira em Antropologia (Borges Pereira, 2003, p. 338).

Com o retorno de Shaden à Alemanha e a morte de Gioconda Mussolini que seria a sucessora mais provável, Borges Pereira assume a cátedra de Antropologia por dois anos e meio, e depois da reforma no ensino superior de 1968 que instituiu os departamentos no lugar das cátedras, continuou como professor livre docente. Considerando que a Antropologia estava em pleno processo de configuração institucional,³ Borges Pereira herdou vários desafios impostos à disciplina naquela ocasião: além de assumir os orientandos de Shaden e a *Revista de Antropologia*, com todas as dificuldades inerentes à manutenção inicial deste periódico, ele e seu pessoal criaram a primeira pós-graduação brasileira em Antropologia (Borges Pereira, 2003, pp. 327-328). Como era de se esperar, Borges Pereira constituiu também seu próprio conjunto de orientandos.

Um deles era o então estudante Kabengele Munanga, que em 1975 chega à universidade para fazer seu doutorado; num contexto de ambiguidades da Antropologia, uma disciplina que era vista como alienada, mas ao mesmo tempo herdava uma tradição de pesquisas sobre relações raciais na USP. Segundo Borges Pereira (1981b), embora os trabalhos pretendessem criticar o legado, são descendentes e de certa forma continuadores da tradição sociológica paulista “que propunham ver o negro basicamente

³Em entrevista publicada em 2003 Borges Pereira conta que o núcleo de Antropologia na USP era bem reduzido: “Na USP, até 1964, só havia o Egon Schaden e a Gioconda Mussolini, que contavam com a colaboração de dois instrutores voluntários: Ruth Cardoso e Eunice Ribeiro Durham. A partir da metade da década de 1960, vindo da UNESP, chegaram Amadeu Lanna e eu. Juntando-se a nós na mesma época, vieram Thekla Hartmann, Renate Viertler e Hinaldo Beiker. Depois vieram Lux Vidal, Renato Queiroz, Carlos Serrano, Aracy Lopes e Sylvia Caiuby Novaes. E assim o grupo foi sendo ampliado até chegar ao que é atualmente.” (Borges Pereira, 2003, pp. 320-321)

como problema social, a partir do diagnóstico científico de suas condições de vida”. (Borges Pereira, 1981b, p. 71). Para o autor, esses estudos sócio-antropológicos procurariam preservar e mesmo cultivar a “denúncia” que foi uma das marcas revolucionárias da Escola Paulista de Sociologia. (Borges Pereira, 1981b, p. 71-72). No entanto, o autor propõe o seguinte questionamento:

Mas até que ponto um estudioso branco, mesmo treinado para tal, consegue se colocar no lugar do outro, quando o outro é um negro? Esta interrogação traz consigo a certeza de que será altamente frutífera para a compreensão mais justa do problema do negro no Brasil a ascensão do intelectual preto à cena da pesquisa e reflexões críticas (Borges Pereira, 1981b, p. 72).

No âmbito da Faculdade de Filosofia da USP, Borges Pereira assistiu ainda na década de 1970 a chegada de pelo menos dois pesquisadores negros: Kabengele Munanga, seu orientando e Eduardo de Oliveira e Oliveira, sociólogo e aluno de Octávio Ianni. A trajetória do professor Kabengele será melhor considerada pois dá ensejo a esse trabalho, quanto à passagem de Eduardo de Oliveira, há pouca informação biográfica disponível. Segundo Grin (2002), Eduardo de Oliveira foi aluno da Faculdade nos anos de 1970, tendo sido contemporâneo e amigo de José de Souza Martins na USP (e é baseada nas informações deste professor do Departamento de Sociologia da USP que Grin (2002) faz breves considerações sobre a vida acadêmica de Eduardo de Oliveira e Oliveira). Chegou a ser professor na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), no interior do estado de São Paulo. Seu trabalho mais relevante é intitulado: *O mulato: um obstáculo epistemológico*, publicado em 1974. Suicidou-se em 1980. Segundo Grin (2002):

São Paulo, 1980. O sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, “mulato e brasileiro”, é encontrado morto em seu apartamento em completo estado de inanição autoinfligida. Reconhecido pelos seus colegas como talentoso e polêmico, Eduardo de Oliveira e Oliveira deixou pouco material escrito, uma peça de teatro encenada e morreu praticamente desconhecido (Grin, 2002, p.204).

O nome do professor Eduardo de Oliveira, que fez sua carreira docente na UFSCAR vem à tona apenas para registrar sua passagem pelo departamento de Sociologia na condição de orientando de Octavio Ianni, um grande nome da Escola Paulista de Sociologia. Apesar disso, ficam alguns questionamentos: embora seja um nome conhecido na militância do movimento negro, por que há pouca informação disponível a seu respeito? Se seu texto supracitado é a sua produção mais conhecida,

qual é o conhecimento sobre seu trabalho de pós-graduação? Que projeto de pesquisa empreendeu na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)?⁴

Sem respostas satisfatórias para essas indagações, segue-se com considerações mais detalhadas sobre a trajetória do professor Kabengele Munanga, nascido no Congo (antigo Zaire), que desde os anos 1980 tem sido uma voz negra (solitária) no Departamento de Antropologia da USP. Trazer a experiência do professor Kabengele na USP pode ser útil para refletir sobre os dilemas raciais na sua história (compartilhada) de conflitos com a universidade, tanto como intelectual - amplamente reconhecido no país, sobretudo por segmentos que discutem relações raciais – quanto no exercício de acadêmico.

Kabengele Munanga chegou à USP em 1975, a partir de convênio entre USP e Itamaraty com as universidades africanas. Em 1969 graduou-se em Antropologia Cultural Africana, na Université Officielle Du Congo à Lubumbashi, passados quatro anos do processo de independência do país. Começou seu doutorado na Universidade de Louvain, Bélgica, nas Ciências Políticas. Por questões políticas (parte da sua família fazia oposição ao regime político no Congo) teve a sua bolsa cortada, interrompendo sua formação. Por alguns anos esteve na Bélgica como professor assistente auxiliar, e foi nessa ocasião que conheceu o professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, fundador do Centro de Estudos Africanos da USP, que estava em missão oficial para estabelecer relações de cooperação entre a Universidade de São Paulo, o Itamaraty e as universidades africanas. Após aceitar o convite do professor Mourão, conseguiu bolsa de estudos para vir para a USP. Como sua pesquisa estava bastante adiantada, pôde concluir o doutorado em apenas dois anos. Em entrevista ao Jornal Ìrohìn⁵, o professor Kabengele conta que na sua recepção não teve grandes problemas,

(...) mas era aquela coisa: todo mundo se aproximando, querendo saber se já cacei um leão, se tem televisão na África, se tem estradas. Muitos compreendiam África como se fosse um país ou uma aldeia, ou coisa assim, como sempre. Não mudou grande coisa. Então não tinha nenhum problema. Tinha aquelas ideias pré-concebidas sobre a África. (p.01).

⁴No catálogo da produção intelectual sobre escravidão e relações raciais feitas no Brasil entre os anos 1970 a 1990 Barcelos et. al (1991) registra a produção de Eduardo de Oliveira e Oliveira. São listados mais dois além do *O mulato: um obstáculo epistemológico*, que são: *Movimentos políticos do início do século XX no Brasil e nos Estados Unidos e Etnia e compromisso cultural*. Ambos apresentados no Grupo de Trabalhos André Rebouças no âmbito da Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Brasileira ocorrida na Universidade Federal Fluminense em 1976.

⁵Entrevista concedida por Kabengele Munanga no dia 10 de setembro de 2006 ao Jornal Ìrohìn: "Sem Paixão a gente não faz nada". In: <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/DemocraciaRacial/message/2524>

Em outra entrevista concedida em 2010 para a Revista Fórum⁶ e publicada no site da Fundação Perseu Abramo, o professor Kabengele diz que na sua vivência no Brasil, não deparou com o preconceito à primeira vista, mas que aos poucos foi ficando cada vez mais nítido quais os destinos possíveis ao negro no Brasil, conforme indica em entrevista concedida a esse trabalho:

Não se depara com o preconceito à primeira vista, logo que sai do aeroporto. Essas coisas vêm pouco a pouco, quando se começa a descobrir que você entra em alguns lugares e percebe que é único, que te olham e já sabem que não é daqui, que não é como “nossos negros”, é diferente. Poderia dizer que esse estranhamento é por ser estrangeiro, mas essa comparação na verdade é feita em relação aos negros da terra, que não entram em alguns lugares ou não entram de cabeça erguida. Depois, com o tempo, na academia, fiz disciplinas em Antropologia e alguns de meus professores eram especialistas na questão racial. Foi através da academia, da literatura, que comecei a descobrir que havia problemas no país. Uma das primeiras aulas que fiz foi em 1975, 1976, já era uma disciplina sobre a questão racial com meu orientador João Baptista Borges Pereira. Depois, com o tempo, você vai entrar em algum lugar em que está sozinho e se pergunta: onde estão os outros?

O estranhamento parece ter sido mútuo. Se por um lado *o homem que veio do Zaire*⁷ parece ter provocado deslocamentos nas percepções de discentes e ou docentes na USP, por outro, esse intelectual negro e africano problematiza as expectativas tecidas a respeito do negro no Brasil. A ambivalente condição de ser estrangeiro e negro pode ser percebida na trajetória de suas preocupações acadêmicas: Sua tese de doutorado intitulada *Os Basanga de Shaba (Zaire) - Aspectos sócio-econômicos e político-religiosos*, defendida em 1977 demonstra vinculação explícita com seu país de origem, fazendo desse Kabengele Munanga um pesquisador africano de passagem pelo Brasil. Após a defesa do doutorado a intenção de Kabengele Munanga era voltar para o Congo e continuar sua vida acadêmica no seu país de origem, porém mais uma vez as condições políticas frustraram seus intentos, conforme relata em entrevista concedida para este trabalho:

(...) quando me formei em 77, voltei para o Congo para integrar minha universidade, para prestar serviço ao meu país, mas como lhe falei, a conjuntura política de ditadura militar, questões sérias políticas, eu acabei abandonando meu emprego, fui desertor mesmo e voltei ao Brasil. Tive um

⁶Nosso racismo é um crime perfeito - Entrevista com Kabengele Munanga Fonte Revista Fórum - edição 89 - agosto 2010 . Publicada do site da Fundação Perseu Abramo no dia 28/02/2013

⁷Título do texto de “boas vindas” que um jornal do MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia da USP) fez em 1977, a respeito do então estudante Kabengele Munanga.

contrato como professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no programa de mestrado em Ciências Sociais. Então atuei naquela universidade de 79 a 80.

Interessante observar que quando retorna ao Brasil o professor Kabengele Munanga, que no doutorado pesquisou sobre arte africana, apresentou já na Universidade do Rio Grande do Norte, projeto de pesquisa sobre a realidade do negro brasileiro. Quando prestou concurso na USP, concorreu à vaga do professor José Mariano Carneiro da Cunha, do Museu de Arqueologia e Etnologia, que pesquisava arte africana e brasileira. E mesmo para ingresso como docente na USP, em 1981, apresentou projeto de pesquisa sobre o negro brasileiro. Assim relata sua história de envolvimento com a questão:

Então foi esse o processo, começar a trabalhar sobre a questão do negro desde que entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Então foi o meu primeiro projeto de pesquisa, eu continuei nessa área até agora. (...) Não entrei no meu projeto de engajamento com a USP com um projeto sobre a África. Então essas pessoas não acompanharam, essas pessoas estavam dormindo e quando abriram os olhos eu já estava na USP sentado. Muitos perguntam como eu entrei, então essa análise do que eles esperavam que eu ia porque... muitos não acompanharam meu processo, estava na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quando faleceu José Mariano Carneiro da Cunha, do Museu de Arqueologia, me ligam dizendo que meu processo já estava correndo para trabalhar no Museu como pesquisador junto com Mariano. Mariano faleceu, você tem que entrar no lugar dele, só que precisa entrar com um projeto de pesquisa. O projeto de pesquisa com o qual entrei, não era um projeto sobre a África, era um projeto sobre o negro no Brasil. (...) Foi um concurso tranquilo, porque naquela época, tinha pouca gente que trabalhava com África (...) eu concorri nessa área e não tinha outra pessoa que tivesse conhecimento sobre a arte africana e então era uma entrada fácil.

Cabe ressaltar que o interesse do professor Kabengele Munanga pelas relações raciais no Brasil não eliminou suas preocupações de pesquisa com o continente africano, conforme atesta sua produção bibliográfica registrada em seu currículo *lattes*, que sintetiza sua preocupação de pesquisa da seguinte forma: “Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, identidade, identidade negra, **África** e Brasil.” (Grifo meu).

Avaliando algumas consequências do seu envolvimento com questões raciais brasileiras, o professor Kabengele Munanga aponta a emergência de conflitos na universidade e no diálogo com alguns pesquisadores negros ou não, que questionam tanto a sua posição de estrangeiro, quanto a de negro que pesquisa a realidade racial brasileira:

(...) porque se eu tivesse simplesmente ficado aqui, calado, estudando a África, sem me meter na questão nacional, não teria nenhum problema. Talvez muita gente não teria, não sei quantas pessoas não gostam de mim, mas eu entrei numa questão, como uma questão nacional, isso deve ter criado problemas, tanto do ponto de vista da instituição e de algumas pessoas negras que acham que eu estou ocupando um lugar que elas deveriam ocupar, estou falando do negro no lugar deles, com tanta propriedade, eu sou apenas um estrangeiro, como do ponto de vista de brancos, 'mas ele é um estrangeiro que entrou aqui, o que ele tem que se meter nas questões nacionais, para falar do negro com tanta propriedade, com tanto engajamento?'

Interessa ressaltar que embora Kabengele Munanga seja o único professor negro no seu departamento há mais de trinta anos, não é o único interessado em investigar a temática racial; considerando as dissertações e teses defendidas entre os anos 1970 a 1990 Barcelos *et. al* (1991) registraram na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP (FFLCH)⁸ (entre 1970-1990) vinte e três trabalhos na Antropologia, cinco nas Ciências Sociais, quarenta e um na História e oito na Sociologia. Nesse catálogo da produção intelectual sobre escravidão e relações raciais feitas no Brasil entre os anos 1970 a 1990 Barcelos *et.al* (1991) arrolam uma produção nacional estimada em cerca de 2500 referências⁹. Alguns fatores explicam o interesse de pesquisa pela temática neste período, segundo Hasenbalg (2005): o crescimento e consolidação da pós-graduação nas ciências humanas e sociais; a emergência de associações científicas, como a ANPOCS, e seus grupos de trabalho sobre o tema; e por fim, a disponibilidade de dados oficiais do IBGE sobre cor/raça da população. Em termos políticos, o autor indica o ressurgimento do Movimento Negro na década de 1970 e a partir da década de 1990, a configuração de novos padrões de reivindicações pautadas na adoção de medidas antidiscriminatórias e formulação de políticas de ação afirmativa. Para melhor compreensão da trajetória intelectual do professor Kabengele Munanga na USP, e o modo como ela se localiza na história da discussão racial na USP, é pertinente retomar aqui a distinção entre “negro tema” e “negro vida” proposta por Guerreiro Ramos, que seria:

⁸A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), fundada em 1934 foi reestruturada com a Reforma do Ensino Superior de 1968 que aconteceu em todo o ensino universitário brasileiro. Dentre outras mudanças, houve a extinção do sistema de cátedras e a instituição de Departamentos. Nesse processo, a FFCL muda de nome, passando a ser a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH), pois deixou de abranger os cursos de Física, Química, Matemática e Estatística, Biociências, Geociências, Psicologia e Educação, que passaram a ser Institutos e/ou Faculdades autônomas. <http://fflch.usp.br/historico>

⁹A frequência dos temas foi de 47% para escravidão e abolição, 18,4% para participação política, cultura e identidade, 16,7% para religião, 10,9% para relações raciais e desigualdades e 7% para bibliografia, fontes impressas e estudos gerais sobre o tema. (Barcelos *et.al*, 1991, p. 19).

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da nacionalidade que chama a atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. (Ramos, 1995, p. 215).

Criticando a perspectiva de estudos sob o viés do “problema do negro” Guerreiro Ramos indica que no âmbito das ciências sociais brasileira o negro tem sido encarado como problema num primeiro momento por portar “traços culturais vinculados a culturas africanas”, e posteriormente “porque tende a confundir-se pela cultura com camadas mais claras da população brasileira”. O autor lança o seguinte questionamento: “Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil?” (Ramos, 1995, p. 190). Para responder à questão, Guerreiro Ramos aponta para a imposição de ideais de brancura à sociedade brasileira decorrentes da transplantação um etnocentrismo europeu.

Considerando a história das pesquisas sobre a temática na USP, desde os anos 1950 existe um conjunto de análises sobre os processos de formação, manifestação e os efeitos do preconceito de raça no seio da sociedade. A Escola Paulista de Sociologia, orquestrada por Florestan apresentou as diferenças raciais (sejam elas reais ou imaginárias) como causa eficiente dos processos de desigualdade tanto psíquica quanto social. Apontou um dilema para a população negra no processo de ascensão social: a qualificação técnica não necessariamente assegura a carreira social, que passa a ser regida por outros requisitos não racionais de seleção, havendo a presença do critério cor. Considerando as manifestações do preconceito racial, perguntou se havia barreiras raciais em São Paulo e constatou que o horizonte de ascensão do negro estaria comprometido por efeitos inibidores do preconceito de cor, no processo de competição com os brancos. Nas décadas seguintes percebe-se que o acúmulo de pesquisas, mas o conseqüente refinamento do “negro tema” não melhoraram satisfatoriamente as condições de existência do “negro vida”, pois são insuficientes as melhorias que diminuíssem os índices de desigualdades historicamente verificadas entre brancos e não brancos; e, percebeu-se que essas desigualdades são transmitidas através das gerações.

Na condição de pesquisador negro da maior universidade do país, é possível perceber na trajetória acadêmica de Kabengele Munanga momentos em que prevalece a condição de "negro vida", independente do quanto ele tenha dado contribuições para

melhor compreensão do "negro tema". Em entrevista a esse trabalho o professor Kabengele indica certa conciliação entre a sua trajetória acadêmica e posicionamentos dentro da universidade no que diz respeito aos discursos e práticas antirracistas:

Desta universidade saiu o professor Florestan Fernandes, que foi um dos acadêmicos que trabalhou sobre a questão do racismo na sociedade brasileira. As aulas que ele deu aqui parecem que ficaram só entre as paredes, as pessoas estão ainda no mito da democracia racial, não querem entender o que são políticas de ação afirmativas. Para eles a questão é simplesmente uma questão social. Não quero dizer que a questão social não exista, mas nós sabemos que numa sociedade que é racista, os negros são duplamente discriminados, porque são pobres e são discriminados porque são negros, porque são mulheres, porque são mulheres negras. Mas a academia fecha a coisa do ponto de vista social. Então sinto o momento como um certo momento mas... as pessoas que trabalham a questão social, se lhe colocam a questão do negro, todo mundo muda de ideia. Parece que o Florestan Fernandes nunca existiu nessa universidade, parece que tudo o que se escreveu nessa universidade, pela Escola de Sociologia Paulista, foi uma mentira. No momento do vamos ver... Então quando acontece uma coisa assim, você se pergunta como que estas pessoas te percebem na universidade. Eles podem tentar entender sua trajetória para saber até onde chegou, entender que seu caminho é diferente do caminho dele. Então eu acho que não posso acusar, mas tenho consciência de que o preconceito existe também na academia. Não posso fornecer provas, porque essas provas não são fáceis de fornecer. Como não posso fazer falsas acusações, mas eu sei que existe o preconceito na academia também e quando você não tem provas, intuitivamente você sente em alguns ambientes, só que você não pode fornecer aquilo como prova.

Há momentos, porém, em que a sutileza sai de cena e alguns conflitos tornam-se mais evidentes. Como único professor negro no departamento de Antropologia da USP há mais de trinta anos, seu isolamento intelectual passa também por uma série de cerceamentos propugnados por muitos de seus pares do campo nacional das ciências sociais, conforme noticia o Jornal *Ìrohìn* (2006):

Kabengele passou dez anos sem participar das reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Em 1996, sua proposta de mesa foi recusada pela organização da ABA. Em 2006, a mesa redonda da qual participaria como palestrante só foi aceita depois de um recurso enviado à organização da ABA, que inicialmente havia recusado a proposta (p.01).

Em entrevista a esse trabalho o professor Kabengele falou sobre seu descontentamento com duas associações de pesquisa de grande prestígio no campo das ciências sociais brasileiras: ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Embora tenha sido coordenador do grupo de trabalho na ANPOCS “Temas e problemas da população negra” em 1987, viu sua relação com as duas associações desmoronarem ao longo dos anos:

Eu participava da ABA, como participava da ANPOCS. Depois deixei de participar, porque você pede uma mesa redonda para discutir a questão do negro, eles te recusam, ou te aceitam para um grupo de trabalho, onde você vê um jovem que foi seu aluno, que faz parte de outra universidade, que está lá com uma mesa enorme, que não te deram. A primeira vez que veio questão de política de Ação Afirmativa, eu pedi uma mesa, não sei se foi na ABA ou foi na ANPOCS, me recusaram. Desde então eu deixei de participar. Não participo nem da ANPOCS, nem da ABA, porque eles oferecem pequeno espaço para você, espaço que nada tem a ver o que você é. Então eu não me contento, então quando eu vejo isso, eu caio fora, eu não me submeto, eu não quero ocupar posição subalterna, não quero ficar na sombra de um ou outro pesquisador, isso não quero. Isso é talvez um dos grandes problemas que eu tenho, porque muitos gostariam que eu ficasse como todos os negros, com apadrinhamento, atrás de um grande professor branco. Como sou independente, isso acaba me criando um pouquinho de dificuldade com essas associações. Então há muitos anos que não participo. Na ABA eu já fui, na ANPOCS eu já fui coordenador de grupos de trabalho sobre o negro, abandonei a ABA, abandonei a... não vou porque são panelinhas para prestígio... os outros pesquisadores são... então eu caí fora por causa disso.

A trajetória acadêmica do professor Kabengele Munanga é marcada por conflitos: se por um lado enfrentou resistências e falta de reconhecimento de alguns de seus pares, por outro lado construiu uma trajetória de êxitos e amplo reconhecimento. Disse que quando recebeu da Presidência da República, no governo de Fernando Henrique Cardoso a Comenda da Ordem do Mérito Cultural, não houve nenhuma repercussão dentro do seu departamento, o mesmo se repetiu ao longo dos seus concursos de livre docente e titular:

Quando eu recebi o título de comendador da república, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como reconhecimento de mérito cívico ao meu trabalho sobre a cultura do negro no Brasil, sobre a cultura brasileira, eu recebi parabéns de todos os lugares, da própria reitoria, da congregação, menos dos meus colegas do departamento. Foi um silêncio, parece que nada aconteceu. Isso saiu nos jornais, na Folha, mas você não encontra alguém para parabenizar, ignora completamente. Até alguns dos meus concursos, quando eu fiz, você não via pessoa te cumprimentar. (...) Quando eu fiz meu concurso de livre docente, um ou dois me cumprimentaram, no mais, fui ignorado. Quando fiz meu concurso de professor titular, ignorado completamente, como se nada tivesse acontecido. São manifestações de inveja, não há como você transformar isso numa manifestação preconceituosa, mas essas coisas são difíceis de avaliar. Então é difícil você receber aplausos e dizer que o santo de casa não faz milagre, faz milagre fora. Então é mais ou menos isso a minha situação. Mas isso não me incomoda porque tenho consciência disso. Isso me incomodaria se tudo o que escrevi não tivesse servido para o processo de conscientização da população negra.

A produção bibliográfica do professor Kabengele possui ampla circulação em outros espaços de discussão, que não apenas os fóruns acadêmicos. Reconhecendo-se como intelectual e não como militante, Kabengele Munanga tem plena consciência do

quanto a sua obra dialoga com vários outros setores, como o movimento negro, professores/as da educação básica, instâncias do governo, etc:

Eu não tenho atuação política, porque não sou político, eu sou intelectual. Minha atuação é o que... eu percorri esse Brasil, todos os lugares. (...) Então eu tinha um trabalho de penetração para a comunidade, muito grande. Eu diria na realidade, que atuei tanto na academia, quanto no movimento negro. Eu costumo dizer que o meu trabalho foi como uma dança de valsa, um para frente, a comunidade, outro atrás na academia. Isso que fez de mim um intelectual diferenciado. As pessoas que me leem acham que eu escrevo coisas diferentes, que sou acessível aos outros, porque quando escrevo sobre a questão do negro, a primeira coisa, escrevo para eu atender as pessoas da minha comunidade, à qual eu pertenço historicamente, apesar de ter nascido na África. Se eu não entendi o que escrevo, então os outros não vão entender. Então essa é uma maneira de atuar. Quando nasceu a Lei 10.639, uma das pessoas que viajou em vários estados a convite da SECAD, da Educação para fazer a conferência de abertura sobre a Lei 10.639, fui eu.

Apesar das críticas e certos descontentamentos com a universidade, a USP aparece como fundamental na construção da sua carreira de intelectual engajado, pois abriu-lhe portas importantes conforme admite: *Então é isso, a USP foi significativa na minha trajetória, nos meus processos de conscientização, no meu engajamento, no meu trabalho intelectual engajado.* Além disso, reconhece também a importância da USP na possibilidade de construção de uma carreira acadêmica amplamente reconhecida, para além do Departamento de Antropologia:

Olha, nós somos reconhecidos pela repercussão dos nossos trabalhos. Um professor é reconhecido, se ele como docente forma os outros, forma muitos mestres, muitos doutores. Alguns se tornam professores nas universidades, que terão como referência “olha, eu saí de tal universidade, fui orientado por tal professor”. Isso é um reconhecimento. Outro reconhecimento é a repercussão do seu trabalho na sociedade, que é o meu caso. Meu reconhecimento é o quê? Meu reconhecimento é ver que todos os meus textos são lidos por muitos jovens, de gerações mais jovens, não apenas negros, mas negros e brancos. Em todos os lugares onde eu passo encontro educadores “olha estamos trabalhando com seus textos”. Aí todo mundo quer fazer foto comigo para mostrar que me conheceu pessoalmente. Você vê a repercussão, que você é referência, se você é citado em todos os programas nacionais. Quando se criou a SEPIR, fui convidado para fazer parte do Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, na categoria de notório saber. Isso é um reconhecimento. O reconhecimento, os convites que você recebe fora do país, nas universidades, em grandes encontros, simpósios em que seu nome é conhecido. Você clica hoje na internet, no Google, coloca o nome do Munanga, você encontra mais de sessenta páginas de tantos títulos, de tudo que eu faço. Não sei como entra lá ou quem coloca lá. Você diz “bom, afinal há um reconhecimento daquilo que eu fiz como pesquisador, de instruir as pessoas”. Eu posso ser hoje orgulhoso de ter formado Nilma Lino Gomes, por exemplo, uma pessoa brilhante. Posso ter orgulho de ter formado a Andrea Hofbauer na UNESP, orgulhoso de formar a Neusa Gusmão, que se tornou titular. Posso ser orgulhoso de ter participado de banca de defesa de tese de vários jovens intelectuais, como Valter Silvério e

tantos outros que passaram por mim, não posso nem citar os nomes, muitos que pelo menos passaram por mim. Então isso aqui, somando tudo isso você sente que seu trabalho tem alguma repercussão na sociedade, você não ficou simplesmente na academia produzindo textos que ninguém lê, dando aulas que não são conhecidas. Então acho que qualquer trabalho de reconhecimento não vem do próprio pesquisador, mas do utilizador do produto do trabalho, que reconheça alguém. Nesse sentido, modéstia à parte, eu acho que sou bastante reconhecido.

A produção bibliográfica do professor Kabengele, nesse movimento de "valsar" com a sociedade e a academia, acaba por ser fundamental na formação de opiniões na sociedade brasileira e na formação de importantes intelectuais e acadêmicos, os que foram citados acima e tantos outros. Além da sua atuação junto ao Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) na condição de notório saber, desde que começaram os debates sobre cotas no ensino superior, o professor Kabengele Munanga tem feito um sem número de palestras, entrevistas e encontros com movimentos sociais diversos defendendo as políticas de ações afirmativas. É o que atesta, por exemplo, a sua presença nas audiências públicas sobre a constitucionalidade das cotas ocorridas em março de 2010¹⁰, e nos debates a respeito do Estatuto da Igualdade Racial sancionado pelo presidente Lula em 2010.

Dentro da USP Kabengele tem dialogado com importantes intelectuais negros ou não que também são interessados nos debates acadêmicos e políticos sobre as questões raciais brasileiras, na esteira da pesquisa no campo das relações raciais, desde a sua chegada ao doutorado na década de 1970, como o seu orientador João Baptista Borges Pereira, Carlos Serrano, Fernando Mourão e outros. Considerando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH), em 1982 viu chegar à USP no curso de Geografia o professor Milton Santos, intelectual negro, "um grande intelectual, talvez um dos maiores intelectuais que o Brasil produziu", nas palavras do professor Kabengele Munanga em entrevista para essa pesquisa. A obra do professor Milton Santos é muito extensa e ele deixou suas contribuições também no debate racial. Em 1988, Munanga viu chegar à universidade outro intelectual negro, Wilson do Nascimento Barbosa, no departamento de História, economista de formação, que tem

¹⁰Nos dias 3, 4 e 5 de março de 2010 aconteceram no Supremo Tribunal Federal audiências públicas a respeito da constitucionalidade das cotas como decorrência da ação movida pelo Partido Democratas (DEM) contra atos administrativos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília (Cepe/UnB). Com a ação, o partido alegava que a adoção do sistema de cotas pela UNB feria preceitos fundamentais da Constituição Federal, como os princípios republicano e da dignidade da pessoa humana; repúdio ao racismo; igualdade e legalidade. As ações foram julgadas ao longo de 2012 e o STF decidiu por unanimidade pela constitucionalidade das cotas.

atuado nas áreas de história econômica, economia, cultura do negro brasileiro, cultura negra no Brasil. Interessante observar que esse trio de professores conseguiu chegar ao topo da carreira docente, que é o nível de Professor Titular. Em 1992 viu chegar na Faculdade de Direito da USP a professora Eunice Prudente, primeira mulher negra superintendente no Instituto da Previdência Municipal e a primeira secretária de Justiça do Estado de São Paulo.

Ainda em 1988 e no seu departamento, o professor Kabengele assiste à chegada de intelectuais brancos, pesquisadores da questão, como a professora Lilia Katri Moritz Schwarcz, pesquisadora consagrada e que se dedica aos seguintes temas, conforme informa seu *lattes*: Brasil monárquico, escravidão, construções simbólicas, história da Antropologia, etnicidade, construções imagéticas e identidade social. Outra grande referência no campo de pesquisas sobre relações raciais, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães chegou ao Departamento de Sociologia em 1994. Tendo "experiência na área de Sociologia, com ênfase em estudos afro-brasileiros e formação de classes sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: identidades raciais, regionais e nacionais, racismo e desigualdades raciais" (texto do *lattes*); o professor Antonio Sérgio de certa maneira dá continuidade à tradição de pesquisa sobre relações raciais na Sociologia da USP. Propondo uma análise crítica da Escola Paulista de Sociologia, reconhece o legado e propõe avanços teóricos. Ainda na Antropologia o professor Kabengele tem acompanhado o ingresso de gerações mais recentes de outros pesquisadores da temática racial, como Vagner Gonçalves, Laura Moutinho, etc.

No que diz respeito a pesquisadores/as negros, também viu a chegada de uma nova geração tanto na FFLCH, como em outras unidades da USP. Assim, Kabengele Munanga é o primeiro intelectual negro que pesquisa sobre a temática e entra para o panteão da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo como um nome fundamental para o debate racial.

Considerações Finais

Este trabalho aventa a hipótese de que a entrada do professor Kabengele Munanga na docência da USP na década de 1980 é um importante marco na história de docentes negros nesta universidade. Embora sua entrada não tenha expandido de imediato a possibilidade de entrada de outros docentes negros/as, promoveu na USP a formação de pós-graduandos negros/as. Acreditamos que a sua presença abriu portas

para alunos/as negro/as brasileiros/as na pós-graduação da FFLCH, considerando que a presença de negros no ensino superior é maior nas ciências humanas.

Esse trabalho aponta também para a atual configuração racial do corpo docente da USP. Trata-se de uma temática delicada, polêmica e desconfortável, pois ainda que não tenha a intenção, para Wolff (1983), todo o corpo docente do ensino superior participa em maior ou menor medida da construção da desigualdade social. Para Carvalho (2003) investigar raça e docência superior é perguntar à academia brasileira porque os negros não chegam a 1% dos docentes nas universidades públicas de todo o Brasil. A manutenção ou mudança desse quadro está nas mãos dos professores, que têm a autonomia na gestão do sistema universitário.

Referências Bibliográficas

- ANTUNHA, Heládio C.G. **Universidade de São Paulo. "Fundação e Reforma"**. Estudos e Documentos. São Paulo: CRPE, (10)7-264, 1974.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A Sociologia Acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista**. In: Sérgio Miceli. (Org.). História das Ciências Sociais no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Vértice, 1995, v. 2, p. 107-232.
- _____. **A Trajetória da Pesquisa na Sociologia na USP**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-324, 1994.
- BARCELOS, Luiz Cláudio & CUNHA, Olívia Maria Gomes da & ARAÚJO, Tereza. *Escavidão e relações raciais no Brasil: cadastro da produção intelectual (1970-1990)*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-asiáticos, 1991.
- BASTIDE, Roger & Fernandes, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo, Editora Nacional, 1959.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Estudos Antropológicos das Populações Negras na Universidade de São Paulo. In: Revista de Antropologia, São Paulo, vol.24, p.63-74, 1981.
- BORGES PEREIRA: Emilio Willens e Egon Shaden na história da Antropologia. 1994 Revista Estudos Avançados 22.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Entrevista com João Batista 2003 Feita por Stélio Marras.
- CARVALHO, José Jorge. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisas e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: GONÇALVES E SILVA, Petronilha B.; SILVÉRIO, Valter (orgs.) **Ações Afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Editora INEP, 2003, p.161-192.
- GRIN, Mônica. **Modernidade, identidade e suicídio: o "judeu" Stefan Zweig e o mulato** Eduardo de Oliveira e Oliveira. Topoi, Revista de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, p. 201-222, jul.-dez. 2002.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. v. 1. 254 p.

- _____. **Como trabalhar com "raça" em sociologia. Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 29, n. 1, Jun. 2003.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005, 316 p.
- _____. **Relações Raciais no Contexto Nacional e Internacional.** Estudos e Pesquisas, vol. 4: Racismo. Niterói, Eduff, 1998, pp. 9-41.
- JACKSON, Luiz Carlos. **Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969).** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2007.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994). Estud. av., São Paulo, v. 8, n. 22, Dec. 1994 .
- MICELI, Sérgio. **Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais.** In: Histórias das Ciências Sociais no Brasil/Sérgio Miceli (org) – São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES 2001.
- MOTOYAMA, Shozo (org.). **USP 70 anos: Imagens de uma história vivida.** São Paulo: EDUSP, 2006.
- OLIVEIRA, Lippi Lúcia . A sociologia do Guerreiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. v. 1. 193p .
- PEIRANO, Mariza G. S. : A Antropologia como ciência social no Brasil. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 219-232
- PEIRANO, Mariza G. S. : Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada). In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) (org) MICELI, S. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- PULICI, Carolina. **Entre Sociólogos: Versões Conflitivas da “Condição de Sociólogo” na USP dos Anos 1950-1960.** São Paulo. EDUSP. 2008.
- SCHWARCZ, L. K. M. **Introdução ao artigo: "questão racial brasileira vista por três professores".** Revista USP, São Paulo, v. 68, p. 168-180, 2006.
- WOLFF, Robert Paul. O ideal da universidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.